

**NÃO HÁ NADA A TEMER? UM BALANÇO SOBRE A POLÍTICA  
QUILOMBOLA NOS GOVERNOS PETISTA, E ALGUMAS PERSPECTIVAS  
COM O NOVO GOVERNO INTERINO**

Leonardo de Souza Polli<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo faz parte de algumas reflexões críticas do autor a partir do seu trabalho, pesquisa e envolvimento junto a comunidades quilombolas. Nesse ensaio é feito uma avaliação continuada sobre a forma como foram estabelecidos, constitucionalmente, os entendimentos e os marcos das políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas no Brasil, e como se deu a promoção das mesmas, em geral, a partir do século XXI. Após um balanço crítico sobre a questão nos governos petistas, apresento aqui uma avaliação sobre as primeiras medidas do novo governo interino, bem como algumas conclusões e perspectivas sobre a atualidade da conjuntura quilombola no Brasil.

**Palavras-chave:** Quilombos, Identidade, Políticas Públicas, Governo.

**Introdução**

Apesar de inegáveis avanços, a questão quilombola é ainda pouco discutida e refletida – seja em universidades, seja em espaços do poder público ou na sociedade –, principalmente se comparada com a importância que a mesma tem para a história da formação cultural, social e econômica do Brasil. Entretanto, além da profundidade e complexidade que o tema alcança, registra-se de início que discutir sobre a questão quilombola é também mexer em um terreno espinhoso e cruel, que, no passado, se manifestava através do *racismo da chibata*, e, no presente, se reflete na segregação sócio espacial e no racismo institucional.

Estudar esse tema significa relatar sobre um grupo étnico que apresenta na sua história as marcas de um passado (não tão distante) de perseguição, intolerância, incompreensão, marginalização e segregação social, econômica e espacial. Mas, se o passado foi perverso para os quilombolas, o presente ainda é muito difícil. Reforço que por mais que deva se reconhecer os avanços recentes que o país teve em diversas questões sociais de maneira geral – e na legislação e políticas públicas reparatórias voltadas aos Povos e Comunidades Tradicionais, de maneira específica –, é possível

---

<sup>1</sup>Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (PPGAU/UFBA). lspolli@hotmail.com.

questionar sobre os discursos e as práticas desenvolvidas pelo Estado brasileiro, a ineficiência e a vagareza de suas ações e, sobretudo, as diversas disputas de poder que ora fazem avançar, ora fazem paralisar e retroceder a questão quilombola no país.

Nesse ensaio, pretende-se apresentar de maneira geral um balanço sobre alguns indicadores de como as políticas públicas foram sendo morosamente aplicadas durante os governos petistas, e uma análise sobre os primeiros movimentos de um novo governo, interino, que aparentemente pretende desarticular 15 anos de lentos avanços na política quilombola.

### **Teoria contemporânea e reparação territorial: a autoatribuição identitária como elemento norteador das políticas públicas quilombolas**

Inicialmente cabe destacar que esse artigo segue o pensamento contemporâneo sobre a questão quilombola, que anteriormente era associada exclusivamente à questão da escravidão. Entendem-se, então, comunidades quilombolas como sendo os grupos étnicos formados não só por remanescentes de escravizados e insurgentes contra o regime escravocrata brasileiro, mas também por aqueles que, agora ex-escravos (ou demais setores empobrecidos), se viram obrigados a formar novos espaços como estratégia de sobrevivência e resistência ao modelo concentrador de propriedade.

Nesse sentido, salienta-se que os quilombos se constituíram na história a partir de inúmeros processos, apoiando-se em Alessandra Schmitt:

“Os grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se constituíram a partir de uma grande diversidade de processos, que incluem as fugas com ocupação de terras livres e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, a simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção.” (SCHMITT, 2002, pag. 3).

Não à toa, a Associação Brasileira de Antropologia define os quilombos como “grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar” (MATTOS, 2006, p.108). Esse conceito supera a noção de quilombo histórico, muito ligado ao passado colonial. A

legislação brasileira afirma a existência de diversidade cultural e de organização dos quilombos, ou seja, é reconhecido que no conceito amplo de “comunidade quilombola” existem variações, ocasionadas pela relação particular estabelecida com o lugar. Sobre os quilombos, Hebe Mattos afirma:

“Eles têm claramente uma origem recente nas demandas por garantia de direitos à posse coletiva de terras, apresentadas por colonos e posseiros negros tradicionais, a partir do apoio de novos aliados, nos quais a pastoral da terra, Igreja Católica, movimentos negros, a Associação Brasileira de Antropologia e alguns outros atores da sociedade civil brasileira que, no pós-redemocratização, ocuparam papel especial. Entretanto, há claramente também uma origem remota, fortemente ancorada na formação de um setor de bases camponesas, formado por escravos libertos e seus descendentes no contexto de desagregação da escravidão e de sua abolição no Brasil, que permite tais grupos reivindicarem-se como comunidades tradicionais e reivindicarem-se como quilombolas.” (idem)

É nesse sentido que caminha o pensamento contemporâneo sobre áreas quilombolas, determinando um marco teórico e, principalmente, jurídico a partir do sentimento identitário da comunidade com suas tradições e seu território. Entretanto, apesar de ser longa e secular a trajetória de luta e resistência dos quilombolas – territorial e identitária –, a conquista de marcos jurídicos afetos a eles só surgiu a partir da Constituição Federal de 1988, por meio de dispositivos que reconhecia a importância desses para o processo de conformação histórica e cultural da sociedade brasileira.

Dessa forma, instituições e órgãos das três esferas de governo passaram a planejar, organizar e definir políticas, planos e programas sociais voltados a reconhecer e titular terras, auxiliar no desenvolvimento econômico e social das comunidades, e, também, preservar a cultura patrimonial quilombola. É importante salientar que esse processo não se deu no momento seguinte a Constituição. Com certo atraso, esse “plano de ações” só veio a ser efetivado a partir do início da década de 2000, a exemplo do Programa Brasil Quilombola<sup>2</sup> (PBQ) e o Decreto nº 4.887<sup>3</sup>, ambos estabelecidos em

---

<sup>2</sup> O Programa Brasil Quilombola (PBQ) foi instituído a partir de 2003, e reúne ações do Governo Federal para as comunidades remanescentes de quilombos. Desde sua fundação, o programa é coordenado pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e agrega outros 23 órgãos da administração pública federal.

2003 e implementados em 2004, depois de muita pressão dos movimentos sociais, principalmente do movimento negro brasileiro.

A tabela construída e apresentada a seguir, reúne o conjunto dessas políticas públicas e leis que foram, ao longo da primeira década do século XXI, sendo construídas:

Tabela 1: Descrição das Principais leis destinadas às comunidades quilombolas, associando-as aos seus principais efeitos e o ano de implementação.

LEI	EFEITOS	ANO
Constituição Federal	Artigos 215 e 216 da CF: Estabelecem o direito à preservação de sua própria cultura; Artigo 68 da ADCT: Estabelece o direito à propriedade das terras de comunidades remanescentes de quilombos.	1988
Convenção 169 da OIT (Decreto nº 5051/2004)	Estabelece o direito à autodeterminação de Povos e Comunidades Tradicionais.	1989/OIT; 2004/BR
Decreto nº 4.887	Trata da regularização fundiária de terras de quilombos, e define as responsabilidades dos órgãos governamentais.	2003
Decreto nº 6.040	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.	2007
Decreto nº 6.261	Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola.	2007
Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98	Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres.	2007
Instrução Normativa INCRA nº 57	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.	2009

Fonte: Elaboração Própria, 2016.

Todavia, em que pese os avanços recentes, ainda vivenciamos um estágio inicial dessas políticas, que, a partir de uma inerente disputa de poder (inclusive dentro das próprias instituições de Estado), ainda encontram muitas dificuldades de serem implementadas, seja pelas prioridades dos distintos governos, seja pela incapacidade (técnica, de recursos e de pessoal) das instituições designadas à aplicação dessas políticas, ou pela influência de agentes com interesses antagônicos aos quilombolas junto a políticos, legisladores e juristas.

<sup>3</sup> Decreto Federal que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas que trata o já mencionado artigo nº 68 do ADCT.

### **Dados sobre o processo de reconhecimento quilombola e regularização fundiária**

Como dito anteriormente, o território é, para os quilombolas, elemento condicionante para a subsistência e a manutenção de seus laços culturais e tradicionais, sendo assim, a sua titulação e posterior posse definitiva é a garantia de que essa comunidade poderá buscar meios de seguir preservando sua cultura e o meio ambiente em que vive e produz.

Nesse sentido o último relatório publicado do Programa Brasil Quilombola apresenta um quantitativo significativo de quilombos que já foram reconhecidos e certificados pela Fundação Cultural Palmares, e estão em processo de reconhecimento e delimitação pelo INCRA. O último resultado apresentado pelo PBQ foi em 2012, porém, a partir da coleta de dados mais atualizados em relação ao quantitativo de comunidades que entraram com solicitação para a certificação quilombola emitida pela FCP, fora construído a tabela a seguir, demonstrando o quantitativo mais atual de territórios e agrupamentos que foram certificadas pela fundação:

Tabela 4: Relação por região das certidões emitida, ou com processos abertos, na FCP.

<b>Região</b>	<b>Total de certidões emitidas</b>	<b>Número de processos abertos para emissão de certidão</b>
Norte	328	27
Nordeste	1675	198
Centro-Oeste	125	11
Sudeste	362	67
Sul	158	23
<b>TOTAL</b>	<b>2648</b>	<b>326</b>

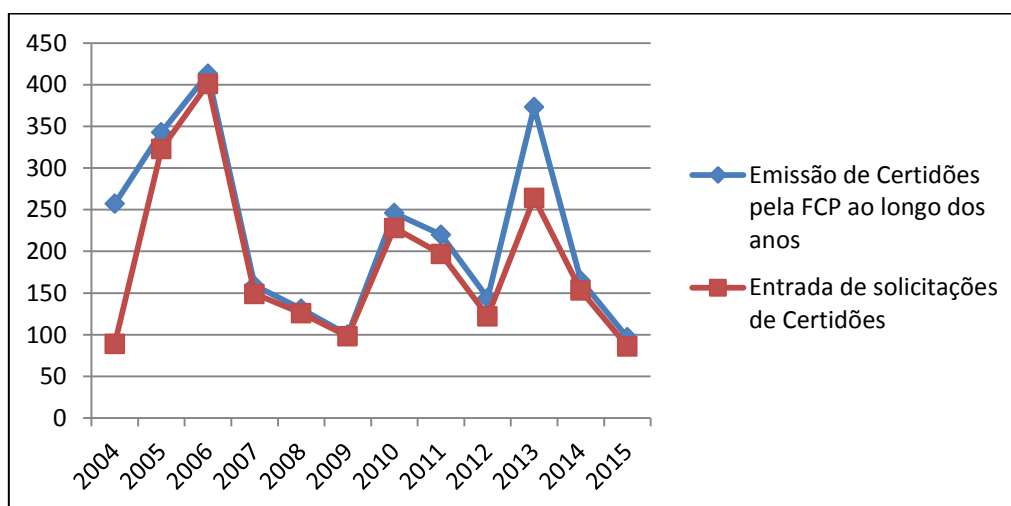
Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2015. Elaboração Própria, 2016.

As primeiras emissões de certidões estão, evidentemente, relacionadas ao início de aplicação das políticas públicas voltadas aos quilombolas. Fato é que, desde 2003 mais de 2.600 comunidades foram reconhecidas enquanto remanescentes de quilombos, e, das 326 comunidades com processos abertos para reconhecimento na FCP, segundo a

fundação, 99 estão aguardando visita técnica e 227 estão com documentações pendentes (por conta da ausência de registro de algumas informações da comunidade).

O gráfico a seguir demonstra que, apesar de que, a partir de 2003 muitas comunidades terem dado entrada na FCP para a emissão da Certidão de Registro Quilombola (CRQ), a fundação conseguiu realizar um trabalho extremamente satisfatório no reconhecimento dessas comunidades, acompanhando a demanda quilombola apresentada, e certificando comunidades que estavam com pedido de emissão em outros órgãos, anteriormente a 2003.

Gráfico 1: Relação de entradas de solicitação de certidões, e emissão das mesmas pela FCP.



Fonte: Fundação Cultural Palmares, 2015<sup>4</sup>. Elaboração Própria, 2016.

Entretanto a CRQ é apenas o primeiro passo para o reconhecimento territorial de uma comunidade. A partir dela, cabia (até a entrada do atual presidente interino) ao grupo certificado entrar com um processo de reconhecimento e delimitação territorial no INCRA, órgão responsável por e desenvolver o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação das comunidades quilombolas, determinando assim, o quantitativo territorial que será reconhecido e posteriormente titulado em benefício a esses grupos, a partir de ações de órgãos competentes.

E é nesse processo, entretanto, que se observa já uma morosidade da regularização fundiária quilombola, e onde se verificava, com maior ênfase, as principais disputas de poder relacionadas a esse processo. São nesses momentos que são comuns as denúncias

<sup>4</sup> Dados disponíveis em <http://www.palmares.gov.br>, acessado em 10 de março de 2016.

e notícias relatando o assédio de “jagunços” a serviço de latifundiários, intimidações de agentes de Estado durante o procedimento técnico de avaliação do INCRA e das assessorias contratadas para a confecção de laudos técnicos, enfim, esse é o momento em que se trocam vidas por hectares.

Nesse sentido, deve-se mencionar também sobre as dificuldades operacionais das instituições responsáveis por essa tarefa. Entre os principais sintomas da letargia estatal está a ausência de estrutura necessária para que o INCRA possa fazer todo o procedimento que lhe é demandado. Mas, sem dúvida, isso é, no entendimento desse autor, apenas um sintoma de uma decisão política dos governos petistas. Os problemas estruturais do INCRA para dar cabo da política de titulação vão da falta de funcionários concursados (antropólogos, técnicos agrícolas, agrimensores etc.), passam pela ausência de recursos e estrutura para a realização de atividades (diárias para trabalhos em campo, veículos, motoristas) e chegam à excessiva burocratização dos procedimentos previstos para a regularização fundiária.

Cabe ressaltar ainda, que as ações do INCRA, inclusive, não contam, em geral, com a cooperação de outros órgãos, como a Polícia Federal, daí o porquê de muitos serem intimidados durante a realização de suas atividades. Todas essas dificuldades, obviamente, refletem nos dados e nas estatísticas referentes à implementação dessa política. Segundo os dados mais recentes do INCRA<sup>5</sup>, das quase 2.600 comunidades já certificadas pela FCP, 1.532 conseguiram reunir documentação e forças necessárias para protocolar seus processos junto ao INCRA, requerendo o desenvolvimento dos estudos e análises territoriais e demais laudos antropológicos, ambientais, sociais, etc., objetivando a titulação e o registro de posse territorial quilombola.

De todos esses processos abertos no INCRA, apenas 73 territórios chegaram até o final de seu reconhecimento territorial, até 2015. A tabela a seguir demonstra os resultados da pesquisa junto ao instituto, que vão desde a solicitação do RTID, até a sua publicação no Diário Oficial da União, a publicação de portarias específicas nos estados

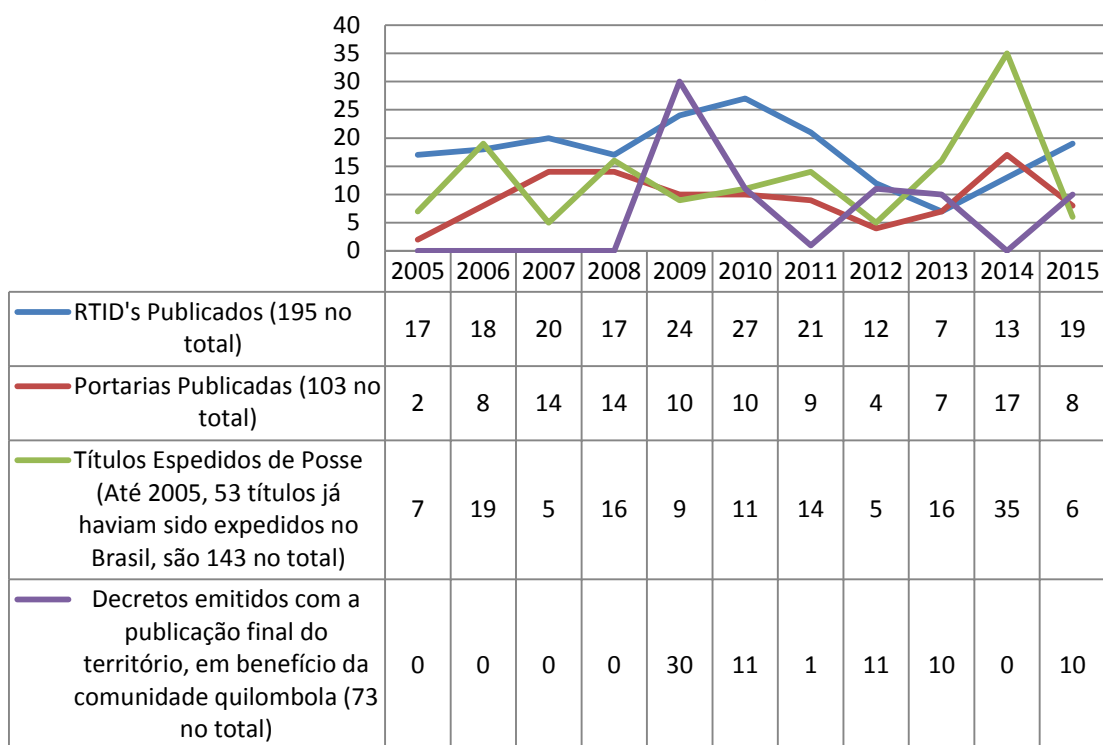
---

<sup>5</sup> Disponível em <http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>, com dados atualizados em fevereiro de 2016, último acesso em 10 de março de 2016.

e órgãos responsáveis, a emissão de títulos de posse às comunidades e, por fim, a emissão de decretos finais em benefício da comunidade quilombola.

Gráfico 2: Quantitativo de RTID's concluídos pelo INCRA, entre 2005 – 2015.

**Relação da série histórica da publicação de RTID,  
Portaria, Título e Decreto de territórios quilombolas**



Fonte: INCRA, 2015<sup>6</sup>. Elaboração Própria, 2016.

Quando analisado os ritmos de conclusão de RTIDs percebe-se uma acentuada queda a partir de 2010, nota-se que nos anos anteriores vinha em uma crescente muito grande (o que resultou na publicação das outras etapas nos anos seguintes). A queda no ritmo de trabalho do INCRA desacompanhada de qualquer justificativa técnica e justamente quando a política parece tomar algum fôlego positivo, evidencia o recuo

<sup>6</sup> Disponível em <http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>, último acesso em 10 de março de 2016.



político dos governos petistas na titulação dos territórios, cedendo às pressões de ruralistas, mineradoras, etc.

Esse recuo político do Governo, e a associação direta a setores ruralistas ficam muito evidentes no momento de eleição da atual presidente Dilma Rousseff (PT)<sup>7</sup>. Ainda sobre essa questão, segundo dados do Portal Transparência<sup>8</sup> e do Movimento Sem Terra do Brasil (2015), desde o primeiro mandato de Dilma Rousseff, em 2011, o INCRA teve um corte de quase 75% em seu orçamento, evidenciando que os recursos destinados ao instituto vêm sofrendo um declínio sistemático nos últimos anos. Em 2010, o orçamento anual do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Órgão ao qual o INCRA é vinculado) foi de R\$ 4 bilhões de reais, já em 2014 esse número caiu para menos de R\$ 1.4 milhões, uma queda vertiginosa de quase 85%.

Cabe ressaltar ainda, que tramitam no Congresso Nacional diversos projetos de lei que atacam diretamente os direitos dos quilombolas. Uma das principais ameaças é o Projeto de Emenda Constitucional 215 (PEC 215), que pretende transferir do Poder Executivo para o Legislativo a competência para decidir sobre a titulação das áreas. Contudo, a PEC 215 e outros projetos de lei não têm, até o presente momento, capacidade alguma de interferir no trabalho do INCRA.

Situações como essa demonstram que o atual procedimento de reconhecimento e titulação de terras quilombolas pode ser percebido como um processo social e dinâmico, que articula uma diversidade de tensões e conflitos, com diferentes agentes, situações e cenários.

### **O novo cenário estabelecido com o governo interino de Michel Temer**

Como já mencionado, a história de luta desse grupo étnico é marcada por avanços e retrocessos na política brasileira, e pode-se afirmar que um novo cenário surge a partir

---

<sup>7</sup> Presidente empossada no cargo a partir de 1º de janeiro de 2011. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, a campanha vitoriosa do Partido dos Trabalhadores custou R\$176,5 milhões. Boa parte desses recursos foram financiados por setores de empreiteiras e do agronegócio, como o grupo JBS-Friboi, que “doou” cerca de R\$10 milhões para a campanha.

<sup>8</sup> Disponível em [www.transparencia.gov.br](http://www.transparencia.gov.br), acessado em 12 de abril de 2016, em verdadeira afirmação de nota do Movimento Sem Terra – MST, disponível em <http://www.mst.org.br/2015/05/28/governo-federal-corta-mais-de-50-dos-recursos-da-reforma-agraria.html>, acessado em 12 de abril de 2016.

do processo de impedimento da atual presidente Dilma Rousseff<sup>9</sup>. Por se tratar de eventos muito atuais, e sem querer entrar no mérito político da questão, busco aqui relatar os fatos atuais e as perspectivas envolvendo a questão quilombola no Brasil.

A partir da aceitação do processo de impeachment por parte do ex-Presidente da Câmara de Deputados – Deputado Federal Eduardo Cunha – em dezembro de 2015, muitas contestações começaram a surgir de diversos setores do movimento social brasileiro, entre eles, os movimentos negros e quilombolas. As indagações partiam do pressuposto que, apesar das dificuldades encontradas durante os governos do Partido dos Trabalhadores, o processo de impedimento da atual presidente mascara, na verdade, uma tentativa de retirada dos direitos sociais – mesmo que ainda insuficientes – conquistados, principalmente, durante o governo do Presidente Luís Inácio “Lula” da Silva.

Apesar de as acusações versarem sobre a lei orçamentária e a lei de improbidade administrativa, os segmentos nacionais da luta pela reforma agrária e pela demarcação de terras indígenas e quilombolas defendiam a tese de que o que aconteceu de fato era uma tentativa de “golpe” ao regime democrático brasileiro.

Mesmo com resistência, no dia 15 de abril de 2016, em uma das sessões mais longas da história da câmara de deputados, por mais de dois terços do plenário, foi aprovado o processo de impedimento de Dilma Rousseff, que, logo em seguida, foi encaminhado para o Senado Federal. Acompanhando a Câmara, por aprovação de mais de dois terços também, a presidente Dilma Rousseff foi de fato afastada do cargo por 180 dias, e, em seu lugar, assumiu o presidente em exercício Michel Temer, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, no dia 12 de maio de 2016.

No exato momento em que assume o cargo de presidente do país, Michel Temer anuncia a reforma e a composição ministerial de seu Governo, e realiza, sumariamente, um duro ataque às conquistas históricas dos movimentos sociais brasileiros. Conquistado com o resultado de muita luta e articulação política, os ministérios do

---

<sup>9</sup> O processo de impeachment de Dilma Rousseff consiste em uma questão processual aberta com vistas ao impedimento da continuidade do mandato de Dilma Rousseff como a Presidente da República do Brasil. Seguindo legalmente o previsto na Lei do Impeachment, nº 1079, de 1950.

Desenvolvimento Agrário, da Cultura (que depois foi refundado) e o das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos foram extintos.

O fato notório sobre a questão quilombola é o de que a partir da nova medida provisória nº276 de 2016, a atribuição das demarcações de terras quilombolas saiu do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e passou ao novo MEC, o Ministério da Educação e Cultura<sup>10</sup>. Sobre isso, em entrevista a revista Carta Capital, Pedro Teixeira Diamantina, professor de Direito Ambiental da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e membro da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR) afirma:

“Numa canetada, o recuo de 15 anos na política de terras quilombolas. Retorna-se ao superado patamar da política quilombola de FHC, que impunha ao Ministério da Cultura atribuições que lhe eram totalmente estranhas, tais como a realização de intervenções de natureza fundiária. Se os governos Lula e Dilma apresentaram déficits de desempenho na efetivação desses direitos, agora temos a restauração da inviabilidade operacional desta política, lançada no limbo de uma estrutura inexistente e sob o discurso de enxugamento da máquina pública”. (DIAMANTINA, 2016)

Ou seja, em poucos dias de governo, um retrocesso de mais de quinze anos da pauta quilombola. Não obstante a isso, o atual Ministro do MEC, o Deputado Federal Mendonça Filho, é representante do Partido Democratas (DEM), sigla notoriamente reconhecida como perseguidora dos direitos quilombolas, haja vista que, desde 2004, esse partido trava uma batalha judicial no Supremo Tribunal Federal (STF), para revisar o que diz o já mencionado Decreto 4887/2003, principalmente no que diz respeito a definição contemporânea de quilombos e de territorialidade, partindo, assim, de uma mentalidade proprietária do século XIX que não reconhece as novas definições contemporâneas sobre quilombo

---

<sup>10</sup> Quanto aos quilombolas, a alteração contida no artigo 27, IV, j, da MP nº 726, que torna competente o Ministério da Educação e Cultura para realizar “a delimitação das terras dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como determinação de suas demarcações, que serão homologadas mediante decreto”, retirando do Incra, a autarquia responsável pela execução da política agrária, esta atribuição que lhe é própria. (IDEM)

Não há dúvidas, por tanto, daquilo que segue sendo reafirmado nessa artigo. Discutir sobre o tema quilombola necessariamente significa adentrar em um mundo contraditório em que, por um lado, está à luta consequente de segmentos pelo reconhecimento e pela execução de seus direitos e, por outro, os mais variados discursos de setores historicamente respaldados pelos privilégios políticos, econômicos e sociais, que observam com descaso diversas pautas sociais, dentre elas, a quilombola.

### **Conclusão e prognósticos**

Mesmo que de maneira geral, alguns dados que foram possíveis de serem apresentados nesse artigo demonstram que ainda vivenciamos um estágio inicial de aplicação dessas políticas, o que reflete ainda um cenário de total desequilíbrio entre o quantitativo de comunidades que solicitam a sua delimitação territorial e aquelas que conquistam o título de suas terras.

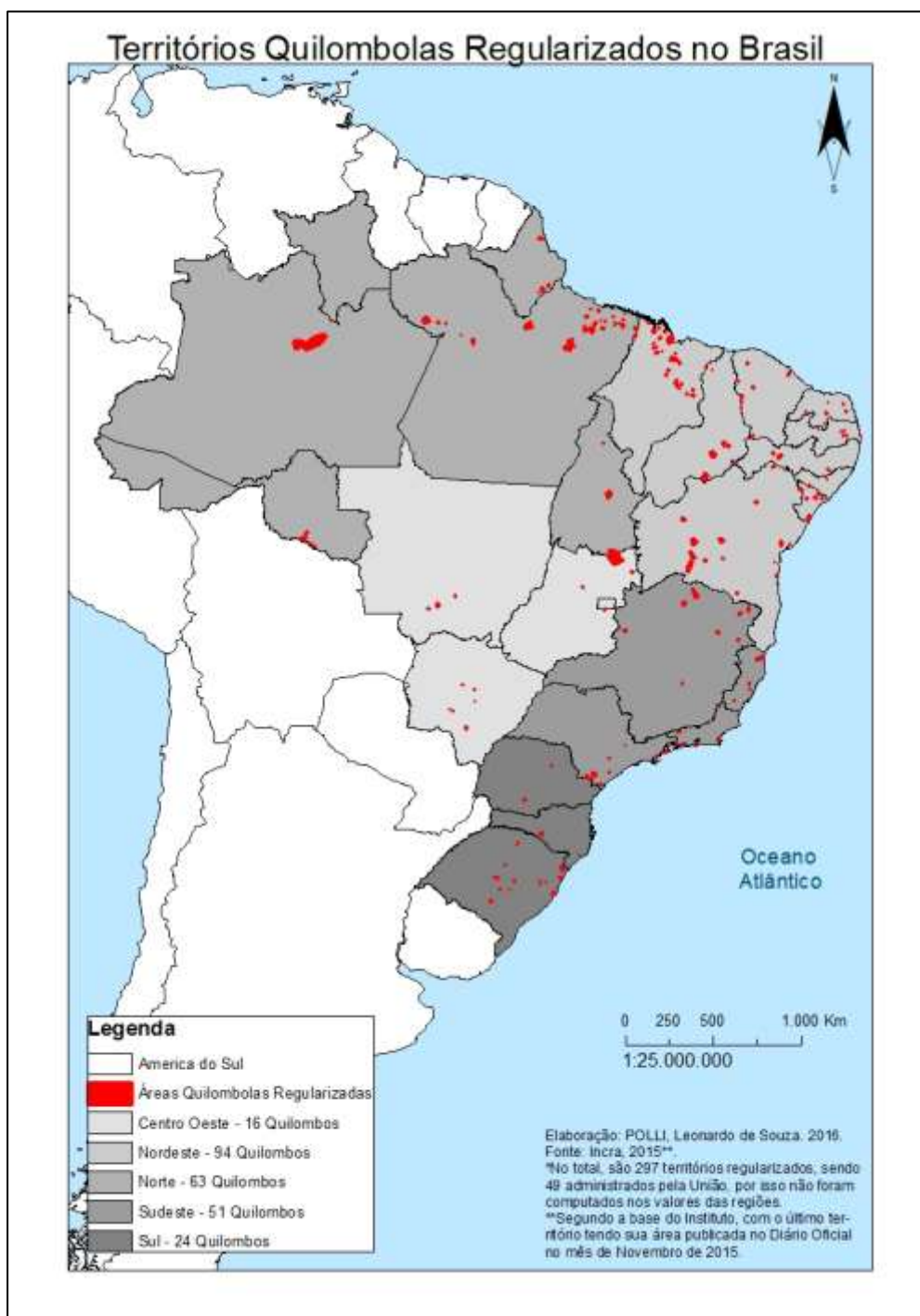
Na opinião desse autor, os resultados obtidos a favor dos quilombolas nos últimos anos, ainda que muito modestos, são frutos fundamentalmente de sua luta e articulação política, são vitórias incontestáveis dos movimentos negros, quilombola, de trabalhadores rurais, de associações e cooperativas, etc., que observam na luta e na imposição direta a melhor forma de tentar conquistar espaços e brechas na agenda política brasileira, que geralmente tendeu a beneficiar na história outros agentes sociais.

Apesar de acreditar que as mobilizações foram fundamentais, há de se registrar que para esses avanços, os quilombos contaram também com o amparo da atuação e do trabalho de servidores e técnicos de instituições como a FCP e o INCRA, assim como de órgãos de Governo, como a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), que estão realmente comprometidos com a efetivação de direitos. Por outro lado, setores proprietários evidentemente resistem em entender e repartir seu território em função da regularização fundiária e encontram, em muitas vezes, o amparo de seu pleito nos agentes políticos e na legislação que os defende.

Sobre o atual cenário político do país, registra-se que o Governo Interino de Michel Temer, na opinião desse autor, joga sombra em uma política que, mesmo com seus problemas e toda a sua morosidade, vinha sendo desenvolvida nos últimos anos. Os

avanços sobre o tema são inegáveis, e os receios sobre o novo Governo também o são. Indiscutivelmente o território foi reconfigurado no Brasil, partindo já do reconhecimento da identidade quilombola, como demonstro a seguir:

Imagem 1: Mapa dos Territórios Quilombolas Reconhecidos no Brasil



Fonte: Acervo pessoal de Mapas, Imagens e Fotos, 2016. Incra, 2016

## **Referências Bibliográficas**

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. E. et al. (orgs.) Geografia: conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: EdUFF, 1997

\_\_\_\_\_. O Mito da Desterritorialização. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos. Salvador, 2012.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola; desafios, conquistas e impasses atuais. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2008.

LOPES, Nei. Novo Dicionário Bantu do Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

MOURA, Clóvis. Quilombos: Resistência ao escravismo. 3º Ed; São Paulo: Ática, 1987.

NASCIMENTO, Beatriz. Negro e Racismo. IN: RATTTS, Alex. Eu Sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kwanza, 2007. p.98-102.

POLLI, Leonardo de Souza; & CORDEIRO, Paula Regina; & FIGUEIREDO, Luana. Relatório Síntese de Caracterização da Comunidade Quilombola de Rio dos Macacos. Residência AU+E. PPGAU/UFBA, 2014.

SOUZA, M. J. L. O Território: sobre espaço de poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO. I. E. de et al. (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

\_\_\_\_\_. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas de um conceito fundamental. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009

SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL. Programa Brasil Quilombola. Governo Federal, Relatório de 2012.

\_\_\_\_\_. Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana 2013 -2015. Brasília, Governo Federal, 2013.